



REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANÇAS PÚBLICAS

91 Revista Brasileira de Direito Tributário e Finanças Públicas
Porto Alegre, ano 15, n. 91, mar./abr. 2022

Para acessá-la, o usuário deve solicitar cópia dos artigos pelo [Portal de serviços administrativos do TCU](#), na opção “Pesquisa bibliográfica”.

Doutrina

[Evasão Fiscal e o Comércio Eletrônico: Desafios para o Direito Tributário](#)

Roberto Lopes da Silva, Carlos Eduardo Montes Netto e Danilo Henrique Nunes

[Direitos Sociais e Consequencialismo Jurídico: a Tributação Humanitária e o Fomento das Políticas Públicas no Pós-Pandemia](#)

Humberto Barrionuevo Fabretti, Diógenes Wagner Silveira Esteves de Oliveira e Artur Barbosa da Silveira

[Reforma Fiscal, Política Criminal, Moedas Digitais, Reforma Tributária e Metaverso](#)

Wagner Frozi

[A Estabilização das Tutelas Antecipadas Antecedentes Concedidas Contra a Fazenda Pública no Âmbito Tributário](#)

Leandro Lucon

[A Criação do Imposto Sobre Grandes Fortunas como Alternativa Viável para a Reforma Tributária e Previdenciária](#)

Theodoro Luís Mallmann de Oliveira

[A Reforma Tributária e a Proposta da Instituição da CBS: Creditamentos na Não Cumulatividade e na Monofasia](#)

Blader Henrique de Lira Soares

[Decadência e Prescrição no Direito Civil e Tributário Brasileiros: uma Análise da Possibilidade de Repetição de Indébito em Tributo Prescrito](#)

Juarez Domingues Carneiro, Amanda Maciel Carneiro e Fabiano Maury Raupp

[A Possibilidade de Tributação das Atividades da Economia Digital pelo ISS à Luz da Constituição Federal e a Posição do STF Acerca do Tema](#)

Thaís Blumer Albanezi

Jurisprudência

[Superior Tribunal de Justiça - Código de Processo Civil de 1973. Aplicabilidade. Violação ao Art. 535 do CPC/1973. Não Ocorrência. IRPJ. CSLL. Base de Cálculo. Incentivo Fiscal.](#)

Regime Especial de Pagamento do ICMS. PRODEC. Pretensão de Caracterização como Renda ou Lucro. Pacto Federativo. Impossibilidade

Rel^a Min^a Regina Helena Costa

Superior Tribunal de Justiça - IPTU. Sujeito Passivo. Imóvel Objeto de Alienação Fiduciária. Credor. Responsabilidade Antes da Consolidação da Propriedade. Impossibilidade

Rel. Min. Gurgel de Faria

Superior Tribunal de Justiça - Pretensão de Suspensão Temporária de Vencimento e de Postergação do Prazo de Pagamento das Prestações dos Parcelamentos de Tributos Estaduais, em Razão da Pandemia (Covid-19). Medida Pretendida Sujeita à Discricionariedade dos Poderes Executivo ou Legislativo. Impossibilidade de sua Concessão, pela Via Judicial, à Míngua de Previsão na Legislação Estadual. Precedentes do STF. Recurso Ordinário Improvido

Rel^a Min^a Assusete Magalhães